



## PORTARIA Nº 010/2024, de 29 de outubro de 2024

Cria a Comissão Julgadora de Projetos do Edital de Patrimônio Cultural nº 03/2024 no âmbito do CAU/PB, para o exercício de 2024.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU/PB), no uso de suas atribuições, e competências delegadas através da Lei 12.378/2010 de 31 de dezembro de 2010, de acordo com os art. 147, do Regimento Interno CAU/PB, resolve:

Considerando os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando a missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de "Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos";

Considerando a independência administrativa de cada CAU/UF e do CAU/BR para determinar seus respectivos projetos e metodologias operacionais dos mesmos;

Considerando a necessidade de cumprimento do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MODALIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL PELO CAU/PB** para o exercício de 2024, e a necessidade de avaliação das propostas de forma isenta e objetiva, atendendo os parâmetros previstos no edital e seus anexos.

### Resolve:

**Art. 1º.** Nomear como membros da Comissão de Seleção do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MODALIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL PELO CAU/PB - EDITAL CAU/PB 03/2024**:

- 1. RABI ANANIAS ARAÚJO DA SILVA**
- 2. MARIANA PORTO VIANA**
- 3. THÁLITA ZAVASKI ABREU**
- 4. GABRIELLA DONATO DE OLIVEIRA LIMA**

**Art. 2º.** Compete à Comissão de Seleção:

- I. Conduzir sessões referentes ao Edital;
- II. Processar e julgar as propostas;
- III. Receber e julgar impugnações e recursos;



**§ 1º.** Para cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá solicitar pronunciamentos ou pareceres de qualquer área técnica especializada ou da jurídica desta Autarquia, ou quando necessário de especialistas contratados.

**§ 2º.** A elaboração das minutas de editais e contratos será de competência da Assessoria Jurídica, já as providências para a divulgação de instrumentos convocatórios, a posterior formalização dos contratos e o acompanhamento dos mesmos, continuarão fazendo parte das atribuições da Gerência Geral.

**Art. 3º.** A Comissão de Seleção disporá de auxílio da Secretária Geral ou de Assistente Administrativo para serviços de expediente, diretamente subordinada à Diretoria.

**Art. 4º.** A Comissão de Seleção está ligada ao Conselho Diretor o CAU/PB, estando submetida aos mesmos regramentos de funcionamento da Comissão.

**Art. 5º.** O exame e a discussão das propostas dos proponentes serão feitos com base nos critérios definidos no respectivo instrumento convocatório, escolhendo-se o proponente vencedor que tenha atendido em melhores condições às exigências dos mesmos.

**Art. 6º.** Será emitida uma decisão em forma de parecer conclusivo, assinado por todos os membros da Comissão presentes à reunião de julgamento e de classificação final das propostas.

**Art. 7º.** Respeitando os princípios consubstanciados na Constituição Federal, os membros devem seguir os princípios abaixo descritos:

I. Proceder de forma democrática, abrindo espaços de discussão a todos os que participam da convocação, direta ou indiretamente, sempre com transparência, fazendo disso um modelo de gestão;

II. Assegurar a todos os interessados o direito de receber informações, à exceção dos absolutamente sigilosos na fase que antecede a abertura das propostas, bem como obter certidões para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse;

III. Observar o princípio do contraditório e do devido processo legal, reavaliando seus atos, sempre que questionados, a fim de que não haja desrespeito a nenhum particular;

IV. Respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, que não podem ser feridos quando da aplicação da lei;

V. Resguardar no trato cotidiano, os valores sociais, especialmente a pluralidade, a transparência, a ética e a democracia;

VI. Praticar a auto responsabilidade como expressão do trabalho livre e produtivo, submetendo a auto avaliação constante;



VII. Priorizar o acúmulo de informações, visando à formação de um conhecimento sistêmico, promovendo um intercâmbio de informações entre os membros da Comissão;

VIII. Adotar sempre o caminho menos oneroso para a administração;

IX. Experimentar sempre o novo em busca da elevação da qualidade, eficiência e produtividade do trabalho, desde que não fira a legislação.

**Art. 8º.** Os casos omissos serão decididos pela Comissão e caso necessário pela Diretoria do CAU/PB.

**Art. 9º.** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

João Pessoa, Paraíba, 29 de outubro de 2024.

**Ricardo Victor de Mendonça Vidal**  
Presidente do CAU/PB